MANUEL ONOFRE
Professor de Direito

AMAZÔNIA

O papel decisivo do Mal. Taumaturgo de Azevedo na questão do Acre.



Rio de Janeiro – Guanabara
1968

Nascido no Amazonas, com a ascendência paterna nordestina. No Recife, foi orador da turma de 1916, do Gin.º Aires Gama, e um dos fundadores da Sociedade Literária Álvares de Azevedo e da Diretoria, com Joaquim Inojosa e Lins do Rêgo. No Rio, diplomou-se pela Fac. Nac. de Direito e foi redator-auxiliar do matutino "O Brasil", com as figuras atuantes de Alberto Nunez, Frederico Barata, Brasil Gerson e Neves Manta. Advogado; deu aulas de Direito na Acad. de Comércio Frederico Ribeiro e no Curso Santa Rosa. — No Rio G. do Norte, no govêrno do dr. José Augusto: professor do vernáculo na Escola Normal de Mossoró, quando publicou "O português ao Alcance de Todos", bem recebido pelos filólogos Cônego Pedro Anísio, da Paraíba; Júlio Pires, do Recife; Garcez Froes, da Bahia; Sá Nunes, do Paraná, e o registo de João Ribeiro, como livro didático, e, ainda, Delegado Auxiliar e Regional da Segurança Pública e redator de "A República"; em Minas Gerais, promotor de justiça, no govêrno Antônio Carlos; em Alagoas, foi um dos fundadores da Associação de Imprensa e da Faculdade de Direito (cadeira de direito judiciário criminal), quando publicou a monografia sôbre o "Rio Juruá", acolhida por Moreno Brandão e Carlos Chauvin, na imprensa carioca; em S. Paulo, um dos fundadores de "O Imparcial" e do Instituto de Educação Fernando Costa, em Presidente Prudente; no Acre, consultor jurídico da Prefeitura de Cruzeiro do Sul; em Goiás, Procurador de Justiça do Estado, além de outras atividades.

Autor dos seguintes livros:

I — *O Português ao Alcance de Todos*;

II — Palestras esportivas, com motivos colhidos em obras literárias e visando aos princípios mais altos da eugenia;

III — *Livro Azul*, contendo crônicas mundanas e literárias lançadas na imprensa do Rio e do Norte;

IV — *Nos Templos de Hiram*, de pesquisas históricas sôbre a influência da Maçonaria nas principais nações da Europa e da América;

V — *Amazônia*, monografia sôbre o Rio Juruá;

VI — Pareceres jurídicos em revistas de direito e

VII — Intelectuais do extremo-norte, conf.ª em Minas Gerais.

MANUEL ONOFRE
Professor de Direito

Ao ilustre Professor Agnello Bittencourt, mestre das gerações amazonenses e escritor de renome nacional, com apreço e admiração oferece Manuel Onofre 26/5/71 - Rio

AMAZÔNIA

O papel decisivo do Mal. Taumaturgo de Azevedo na questão do Acre.



Rio de Janeiro — Guanabara
1968

Gráfica TUPY Ltda.
Editôra
Barão S. Felix, 42 - Rio
Telefone : 43-7494



1920. Ao centro e à paisana, o marechal Taumaturgo, candidato, pela segunda vez, ao govêrno do Amazonas, em flagrante de grande recepção popular.

"À memória de Gustavo Barroso, Moreno Brandão e Carlos Chauvin, que acolheram minhas pesquisas sôbre a Amazônia.

A Glauco Carneiro, pelas suas autorizadas referências em sua festejada "História das Revoluções Brasileiras", a Artur Reis, o máximo historiador do Amazonas e continuador da causa nacionalista de Artur Bernardes contra a desintegração da Amazônia, como a Leandro Tocantins, grande historiador do Acre e de elegante estilo, nas pesquisas sôbre a atuação de Euclides da Cunha, o autor de "À Margem da História", O. D. e C.

o Autor

MARECHAL TAUMATURGO DE AZEVEDO E SEU PAPEL DECISIVO NA QUESTÃO DO ACRE

Pelo Prof. Manuel Onofre

Pela perda do culto dos grandes homens do Brasil, desconhece a geração atual os valores do nosso passado, especialmente no parlamento e nas lutas pela modelação do nosso território.

Até à revolução de 1930, os jovens mantinham acêsa a chama dessas evocações dos que, antigamente, se chamariam os **Pais da Pátria.**

E houve fatos assim surpreendentes: um Irineu Machado, orador parlamentar de rara cultura, que enchera tôda uma época, depois de ter combatido a candidatura do político de gênio, que subiria ao poder como ditador, seria lançado ao ostracismo e valeria, naquele longo período, como um intelectual morto-vivo, admitido apenas a continuar em sua cátedra de legislação industrial, no final da vida.

Urgia varrer do cenário a chamada liberal-democracia, regimen em que predomina a liberdade de pensamento e, mais tìpicamente, o direito à oposição política em sua plenitude, na praça pública e na imprensa, inclusive no cortejo de seus excessos, sem dúvida.

Não cabe, assim, às gerações universitárias a culpa do desconhecimento dos valores mais atuantes da vida pública do passado do Brasil.

Não se lhes pergunte, por exemplo (até 1930), quem foram Barbosa Lima, Paulo de Frontin, Maurício de Lacerda, Serzedelo Correia, Castro Pinto, Alfredo Ellis, Quintino Bocaiuva, João e Otávio Mangabeira, José Joaquim Seabra, Pedro Moacir, Lauro Sodré, Lauro Müller, sem se pretender alongar a extensa lista de expressões.

Rui Barbosa sobrevive no "Dia da Cultura" e nas contribuições do Direito, como Epitácio Pessôa, que atingiria a Presidência da República e a Côrte de Versalhes.

Na Revolução de 30 viriam os germes dos chamados regimes de "direita" e de "esquerda", com a vocação auxiliar da hipertrofia do executivo, como inarredável condição de reforma radical dos costumes políticos e de cumprimento de um largo programa a longo prazo, de que o modêlo, no mundo, seriam os planos "qüinqüenais".

Para não falar da remotíssima Guerra do Paraguai, cujos heróis — auxiliares dos grandes chefes, dos combates contra Lopez, já repousam no esquecimento: é bastante citar a Revolta da Esquadra de Custódio de Melo e de Saldanha da Gama nos começos da República, sem a gloriosa evocação a que faziam jús.

E que dizer dos modeladores do território do Brasil?

À parte o insuperável Rio Branco, sem as linhas gerais de sua obra, não é de admirar que outros não sejam nomes familiares.

Traçarei, pois, o esbôço da biografia do Mal. Gregório Taumaturgo de Azevedo, o demarcador das fronteiras da Venezuela, o governador do Piauí e do Amazonas, o presidente da comissão de Limites com a Bolívia, que criara a chamada "Questão do Acre", preferindo exonerar-se a seguir uma interpretação do Tratado que feriria de morte a cidadania duns 50.000 brasileiros, que ocupavam, com seu labor, a rica região, também disputada pela mesma Bolívia, como pelo Peru.

Frizo, desde logo, que, para a sua corajosa iniciativa de dissentir da interpretação oficial do Tratado de 1867, contribuíra, ao lado de sua competência de engenheiro militar e supervisor das fronteiras, a circunstância de ser, como bacharel em direito, imbuído da intuição jurídica do complexo problema a resolver.

Sua atuação como Governador do Piauí

Em sua obra de polêmica, especialmente na análise dos atos da vida pública, sua e do general Dionísio Cerqueira, que, a seu ver, não lhe prestigiara a denúncia dos prejuízos para o Brasil no programa das Instruções recebidas para a linha demarcatória com a Bolívia, encontram-se dados de sua atuação como governador, no início da República.

Assim, prestigiado por suas tradições na comissão demarcadora dos limites com a Venezuela e seu currículo militar, deixara o cargo, precisamente, de diretor das obras militares em Pernambuco e, logo depois, do seu curso na tradicional Faculdade de Direito do Recife, investira-se nas funções de governador de seu Estado natal o Piauí, donde se ausentara há longo tempo e, livre de influências locais,

iria, com imparcialidade e o seu tino administrativo, a 24 de dezembro de 1889, contribuir para os seus benefícios.

Sabia, dantemão, "da situação aflitiva do Estado".

Relata que não eram pagos os credores, nem o próprio funcionalismo. Verdadeira situação de descrédito e insolvência.

E, para sanar tais males, conseguira um empréstimo de 500 contos de réis na moeda da época, importância, então, avultada, mediante lei providencial e sob os bons ofícios do ministro da Fazenda do generalíssimo Deodoro da Fonseca, o dr. Rui Barbosa, operação levada a efeito entre o Tesouro o o Banco do Comércio.

Eram ministros da agricultura o general Francisco Glicério e da guerra o dr. Benjamin Constant.

Com os mesmos, conseguira ajuda para a criação de um núcleo colonial, a efetivação de estudos visando a melhoramentos na foz do Parnaíba, rio principal, e de um edifício para sede, ao tempo condigna do quartel do 35.º batalhão de infantaria, por êle organizado.

E ainda aduz que, naqueles recuados tempos, reunidos, os auxílios discriminados subiam à elevada importância de 800 contos de réis, sem nela incluir a receita ordinária.

Não resistiria, porém, êle o confessa, ao dificultamento de sua obra administrativa por cêrca de 4 grupos políticos, não satisfeitos na distribuição de cargos por todos êles, cada qual querendo ser o partido dominante e com tendências oligárquicas (DE FUTURO COMBATIDAS, SÓ NA FASE DISTANTE DO PRESIDENTE HERMES DA FONSECA).

Teceram-lhe intrigas na política central, a ponto de terem se estremecido suas relações com Benjamin Constant, que debalde pedira a demissão de Taumaturgo a Deodoro, pelo que se passara para a pasta da instrução.

Ainda depois de esclarecidos os fatos, o biografado, não obstante o apôio de Cesário Alvim, ministro do interior, e do dr. Portela, governador do Estado do Rio, preferira deixar a administração, já feitas as pazes com Benjamin Constant.

Data daí seu rompimento com Dionísio Cerqueira, seu companheiro e amigo na comissão da Venezuela, porque soubesse estar entranhado na urdidura da oposição do Piauí.

E isso lhe custaria as futuras injustiças de Dionísio, como Chanceler brasileiro.

É o que se resume, em linhas sem pormenores, de suas próprias revelações autobiográficas. Governara eficientemente sua terra, mas

por alguns meses, e tivera o lenitivo da plena confiança de Deodoro — eis a verdade.

Dionísio não seria, no entanto, o seu sucessor, e sim o coronel Valadão.

Sua Gestão á frente do Estado do Amazonas

Seu nome se impusera no Estado, desde os seus serviços nos limites com a Venezuela e na qualidade de comandante geral das fronteiras do Norte e, também, inspetor das fortificações daquela unidade setentrional.

Dêle partira a idéia de colonização militar em nossos limites e da indispensável guarnição militar em Tabatinga.

Note-se ter sido eleito chefe do executivo amazonense, em junho de 1891, com a circunstância de ter estado ausente, vindo a empossar-se a 10 de setembro do ano referido.

Suas características foram as de probidade, fiscalização geral dos serviços públicos, corte nas despesas supérfluas, zêlo e eficiência dos servidores, tendo programado o desenvolvimento da terra a seu cargo.

Manaus era uma cidade que precisava de planejamento.

E Taumaturgo, não podendo prever a desgraça de Deodoro e a subida de Floriano, com a queda geral dos governadores (com exceção de Lauro Sodré), primeiro puzera em dia o funcionalismo, pagara tôda a dívida interna, no vultoso valor de 2.300 contos de réis, no exíguo prazo de 6 meses, e ainda deixara o saldo, surpreendente, de 2.023 contos de réis.

Numa terra de hábitos faustosos na sociedade e no govêrno, aonde muitos iam ter na esperança da fortuna rápida, não raro fiados nos favores públicos, e de vocação das mais oligárquicas, — Taumaturgo foi o Campos Sales amazonense, que entregou a administração em dia, sem dívidas e com "superavit", e nos hábitos de arrecadação sem favoritismo, ao Rodrigues Alves local, o engenheiro Eduardo Ribeiro, que transformara a "capital-baré" em modêlo para o país: "Manaus é um bairro elegante de Paris, implantado na Amazônia", comentaria João Ribeiro.

Floriano, "o major duro de roer", como dizia Saldanha da Gama, antes de assestar contra êle os canhões da esquadra, era um modêlo de honestidade, e é quase incompreensível tivesse autorizado seus correligionários amazonenses a intimarem Taumaturgo, o mais probidd de todos os governadores daquela unidade — a deixar os seus grandes dias administrativos.

Receioso, falhou-lhe a flotilha no asseguramento de sua continuidade legalista.

E o Ditador de Ferro ainda lhe decretara a imerecida punição do destêrro, a cumprir em Cucui, onde sofrera, nos serviços de demarcador do Brasil, os efeitos da beriberi e do paludismo.

À parte a sua austeridade, o povo amazonense o sagraria, na fase final da existência, novamente seu governador, negando-lhe posse o espírito da oligarquia dominante, em que pese às verdadeiras aclamações públicas à sua pessoa, no contraste com os métodos de "degola" instaurados por Pinheiro Machado, o Caudilho dos Pampas, continuados por seus sucessores.

A apaixonante questão de limites com a Bolívia

Cessado o período da guerra civil desencadeada no govêrno de Floriano, a Prudente de Moraes coube reaproveitar os excelentes serviços de Taumaturgo, confiando-lhe a chefia, pelo Brasil, da Comissão de Limites com a Bolívia, pela sua experiência na demarcação da Venezuela, representando a nação vizinha, o, depois, general Pando, o mesmo que escaparia, mais tarde, com suas fôrças, de ser aprisionado por Plácido de Castro, por uma precedência de "modus-vivendi" (já na fase do Barão de Rio Branco).

A questão do Acre se revelara muito complexa, como situação "de fato" e "de direito".

Aquêle território triangular era igualmente disputado pelo Peru e pela Bolívia, fora o nosso Brasil.

Oficialmente, todos os três se evidenciaram desconhecedores da terra, a avaliar pela bibliografia existente.

O Peru se revelaria de mais ambições que a própria Bolívia, sendo o último no trato com o próprio Barão do Rio Branco (ver "Peru versus Bolívia", de Euclides da Cunha), que trataria da magna questão sem ser na "mesa dos 3 litigantes" e sem "arbitragem".

Da leitura atenta dos antecedentes históricos do Tratado e Protocolos, como dos Anais do nosso Congresso e de polêmicas, amplas, na imprensa, pode-se concluir que, nas dificuldades da guerra com o Paraguai, é que assinara o Brasil o tão controvertido Tratado de Ayacucho, que se poderá analisar mais detidamente, com o espírito do "uti-possidetis", no "preâmbulo", como arguiria Rui Barbosa. À experiência de engenheiro militar e aos conhecimentos de bacharel em direito de Taumaturgo não escapariam as facetas mais sutís dêsse litígio internacional.

Houve benevolências, nossas, no Império, e a aceitação, por atos, como por declarações oficiais, da procedência de possíveis direitos bolivianos, na sucessão de três dos nossos chanceleres, com a futura posse e cobrança de impostos por JOSÉ PARAVICINI, até que, convidado para a pasta, Rio Branco assinalasse como **litigiosa** a zona ocupada por cêrca de 50.000 brasileiros.

Sem dúvida, teríamos por nós, — se a demarcação da faixa, no caso abandonada pela Bolívia, não se contivesse nas linhas geométricas do Tratado, a tese do direito do "uti-possidetis" **de fato**, ainda aqui em oposição ao "**de juris**" a que se apegassem Bolívia e Peru.

Mas... o receio da arbitragem, ante vacilações e condescendências oficiais de nossas chancelarias, nos levaria à saída única, o futuro acôrdo direto do nosso Paranhos, primeiro com a Bolívia e, depois, com o Peru (o Tratado com êste é de 1909), sempre em separado, com os conflitantes mútuos, peruanos e bolivianos.

Uma imensa literatura, fecunda, empolgante, apaixonou os países latino-americanos interessados, particularmente o nosso país, com o pronunciamento de seus juristas, historiadores, geógrafos e engenheiros.

Deve-se rememorar a letra do Tratado de Ayacucho, portanto, para se compreender a sucessão das Comissões, ora isoladas, ora mistas, e, assim, se agiam com acêrto, por se terem desencadeado os grupos de interpretadores, conflitantes quanto ao chamado "espírito da lei", ou dos textos do mesmo Tratado, ou dos protocolos e instruções.

O grande Rui se apegava ao "preâmbulo", por exemplo, como base para a determinação da fronteira pelo "uti-possidetis", expressamente declinado nele, — "fronteira que, expressamente, partindo do rio Paraguai, etc... baixará por êste rio (Verde) até à sua confluência com o Guaporé e pelo meio dêste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o rio Madeira. Dêste rio para oeste **seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda na lat. Sul — 10° 20' até encontrar o rio Javari.** Se o rio Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste--Oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude **por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari**".

É de meridiana clareza que a nascente do Javari interessava ao Peru como à Bolívia. E, antes até do Trat. de 1867, houve a 1.ª Comissão Mista, de 1861-64, Brasil-Peru, de trabalhos suspensos, porque não aceitáramos, "antes de encetá-los, considerar a fronteira que fechasse de Leste a Oeste a parte do território do Javari

ao Madeira, em conformidade com o Tratado de 1777", conforme se lê no rel.º de 22-6-1864, sendo nosso representante o, então, capitão-tenente da Armada José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário, e atuando pelo Peru o almirante D. Inácio Mariategui.

Em 1866, confiara-se a exploração do extenso Javari ao capitão-tenente Soares Pinto, brasileiro, e a d. Manoel Rouand y Paz Soldan, peruano, os quais atingiram a confluência dos dois braços, o Paissandu e o Jaquirana, aceitando êste último como o prosseguimento do curso do Javari, com muitas moléstias e até falta de recursos, até à lat. Sul — 6º 50', quando, encontrando armadilhas de índios, no regressarem a Tabatinga, a 10 de outubro, pelos mesmos foram os tripulantes atacados a flecha, morrendo o nosso dedicado e saudoso Soares Pinto, sendo diversos feridos gravemente, inclusive o culto Paz y Soldan, com a perda da instrumentos e de observações astronômicas, mas salvando-se os preciosos apontamentos de Paz Soldan.

Em 1870, surgiria a 3.ª Comissão Mista: o capitão de fragata Antonio Luís von Hoonholtz, futuro Barão de Teffé, e Paz Soldan, que viria a morrer de febres endêmicas e a ser substituído pelo seu patrício, capitão de fragata d. Guilherme Black.

Como desfêcho, foi tido o Jaquirana como sendo o Alto Javari ou seu braço principal, considerada a nascente dêsse braço aos — 7º 1' 17" — 5 de lat. Sul e 74º 8' 27", Oeste de Greenwich (1874).

Seguir-se-ia a Comissão Brasileiro-Boliviana, em atenção ao Tratado de Ayacucho, interessando a todos, a partir do Beni até à nascente do Javari (que, oficialmente, ficara sendo a aceita), em 1895, com o brasileiro coronel engenheiro Gregório Taumaturgo de Azevedo e o boliviano coronel Pando.

Aqui surge uma corajosa e patriótica iniciativa de Taumaturgo, de extensa conseqüência, apaixonante do país, evitando o desfêcho da **bolivianização** da maior parte do Acre.

Fôra informado de que o Barão de Teffé não localizara a verdadeira nascente do Javari, e ocorrera que, pelo protocolo de 19-2-1895, os trabalhos deveriam reger-se pelas instruções de 10-maio... "como se tivesse sido praticada por esta comissão mista"... a operação anterior do Barão de Teffé, que determinara a posição da nascente do Javari na latitude e na longitude já referidas anteriormente.

Na perícia judicial de agrimensura, recolhem os técnicos as versões dos moradores das terras a dividir ou demarcar e consultam documentos que lhe sejam relativos; e, no campo maior, internacional, os mesmos elementos similarmente, que fazem aproveitar.

Sendo ministro do exterior ainda o dr. Carlos de Carvalho, atendera a seu ofício de 22-7-1895, autorizando-o a proceder à reexploração do Javari, tendo-lhe exposto até no Rio as razões de sua presunção, não só de não ter estado o Barão de Teffé nas nascentes, como na de ser o Galvez o provável formador do importante tributário do Solimões (versão de antigos habitantes e carta de um engenheiro a si dirigida com essa denúncia); mas, em que pesasse à boa acolhida do dr. Carvalho, recebera contra-ordem posterior, pela discordância do ministro boliviano.

Sucede a Carlos de Carvalho o general Dionísio de Cerqueira, de relações estremecidas com Taumaturgo, que pela imprensa e por terceiros soubera de sua discordância quanto às conclusões dos trabalhos de Teffé, tendo isso externado em resposta a ofício do governador do Amazonas, da qual requerera certidão, de modo a solicitar sua exoneração, concedida no exercício de Manoel Vitorino na presidência da República.

Razões técnicas de Taumaturgo e sua repercussão nacional

Publicara o seu Memorial em o "Jornal do Comércio" de 1.º-6-1897, para se justificar, ocupando tôda a primeira página do veterano de nossa imprensa.

Seria até censurado e proibido de se externar em público sob o paradoxal argumento de que o titular era seu superior hierárquico, no exército, embora a questão a debater fôsse de ordem técnica.

Posteriormente (os justos, quando oprimidos, têm a defesa de amigos dedicados) o humanista e notável médico dr. Rossas Torres, também pelas colunas do autorizado diário, respondera, em vários artigos, aos ataques do Barão de Teffé ao ilustre demarcador, em artigos que profundamente calaram no espírito público.

Em síntese, sustentara dever "colocar-se o último marco da fronteira com a Bolívia na origem principal do Javari, salvo a hipótese de estar esta ao sul do paralelo de 10º-20";... a aceitar o marco do Peru como o último da Bolívia... o Amazonas perderia a melhor zona, a mais rica, e produtora, porque, dirigindo-se a linha geodésica de 10º20' a 7º-18-17,5" — ela será muito inclinada para o norte, fazendo-nos perder o Alto rio Acre, quase todo o Iaco e talvez os do Jutaí e do próprio Javari, que nos dão a maior porção da borracha exportada por brasileiros — "área que estimara em cêrca de 5.870 léguas quadradas...

"A serem executadas as Instruções que me destes... terá o Amazonas de perder 46% da produção ou, anualmente, ... 2.610:960$... ou de 46% se os abranger (os afluentes do rio Juruá"... refere que o Barão de Teffé confessara que as coordenadas do Jaquirana (cabeceira) não foram calculadas por observações no lugar, mas sòmente estimadas... e segundo moradores do Javari... o Javari vai mais além do ponto determinado pelo Barão... o Jaquirana não é o prolongamento do Javari e, sim, afluente dele; o verdadeiro Javari é o Galvez, hoje pertencente ao Peru".

Como nenhuma das comissões foi à cabeceira dêstes rios, qual o que vai mais ao sul para ser considerado o ponto terminal da linha geodésica que limite o Brasil com a Bolívia de acôrdo com o tratado vigente?

E cita Paz Soldan, geógrafo peruano, Ladário, também ex-demarcador e o próprio coronel Pando, ex-chefe da comissão Boliviana, opinam ir o Javari além de 7°-3".

O ministro general Cerqueira não cedera aos incisivos argumentos.

O ministro Cerqueira é obrigado a capitular

Se Taumaturgo, demarcador técnico, a um tempo engenheiro militar e bacharel em direito (Clóvis Beviláqua chama de sábia a sua "Memória sôbre as fronteiras do Brasil") cumprisse automàticamente as instruções, na linha atinente à Bolívia e ao Peru, o Acre seria boliviano e peruano e talvez tivesse surgido uma guerra entre as duas nações vizinhas. Porque oficialmente, o Acre fôra entregue à Bolívia, onde, por cêrca de 6 meses, o ministro José Paravicini se instalara, procedera a nomeações e cobrara impostos até que explodissem (com o seu sucessor, ex-consul em Belém) as 3 Revoluções Acreanas.

E, do lado do Peru, houve combates, com a represália dos nossos proprietários, puramente por sua iniciativa, repelindo destacamento e pôsto aduaneiro, até que, em definitivo, o mesmo Taumaturgo expedisse tropa a desbaratar os invasores, já na foz do Amônea.

Essa é a verdade histórica, que assegura o papel decisivo do biografado na questão do Acre, o único a protestar, com a autoridade de chefe da comissão, e considerando se que três chanceleres admitiram os direitos bolivianos e até lhe asseguraram atos de

soberania, como destacamentos militares e postos ficais ou aduaneiros.

Arthur Reis, o maior historiador da Amazônia e governador de seu Estado, com a flama de nacionalismo com que sucedeu a Artur Bernardes, no não-entreguismo do extremo-norte brasileiro, em "A Amazônia e a cobiça internacional", conclui, à pág. 110 de seu sensacional livro: "ORA, o Javari, segundo as denúncias ou dúvidas existentes, que Taumaturgo aceitou, nasceria no norte da lat. 10° 20". Se vigorasse na interpretação do Tratado, a linha oblíqua, ficariam ao desamparo os povoadores brasileiros que realizavam a ocupação mansa e ininterrupta, já tradicional, explorando os seringais da região."

Merece a justiça histórica unânimemente: Cassiano Ricardo, in Tratado de Petrópolis, afirma à pág. 107, vol. I: ... sem a revelação espantosa de Taumaturgo não seria ela a (Bolívia) a primeira a reconhecer tais erros: verifica Taumaturgo que a verdadeira nascente do Javari não tinha sido encontrada; Dionísio Cerqueira discorda de Taumaturgo (pág. 109); Taumaturgo demite-se, pela censura que lhe havia sido feita, mas os resultados de sua atitude ficam na consciência geral (pág. 110)".

Para consagrar o papel de criador da questão ou litígio internacional do Acre, é que invocamos o julgamento histórico de escritores assim consagrados. Cláudio de Araújo Lima, herdeiro do talento de seu pai (o visualizador da face sócio-econômica da Amazônia), escreveu uma das mais empolgantes obras no gênero biográfico, retratando Plácido de Castro, em "Um caudilho contra o imperialismo", onde reconhece a glória do mesmo: "Com menos de 2 anos, o Cel. Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo dá o brado de alarma... como chefe da representação brasileira... por altos títulos de competência e autoridade moral e de eminente figura militar e... denuncia os dados geodésicos alvitrados pelo instrumento de 1867 em relação à principal vertente do Javari. ... "O primeiro gesto do nôvo ministro Cerqueira, ao examinar a questão, reduz-se a censurar a máscula atitude do Cel. Taumaturgo de Azevedo. A demissão de Taumaturgo agita a opinião nacional, Rui Barbosa à frente. Sacode-a com tamanho vigor que o Ministro capitula e ordena que se suspendam as demarcações." O prosseguimento, no entanto, se imporia.

E, afinal, ordena ao próprio sucessor de Taumaturgo, o Capitão-Tenente Cunha Gomes, como 2.° comissário, que proceda à reexploração do Rio Javarí, fato ocorrido no meado de junho de 1897.

Que se passe a expor, em síntese, o que concluiu a nova Comissão, ainda assim com a crítica a seus trabalhos até à palavra decisiva do astrônomo Cruls.

Que se rememore, com brevidade, a polêmica do Barão de Teffé versus Taumaturgo e, depois, daquele contra Cunha Gomes, com o resumo das orações de eminentes parlamentares, na vêz dêstes, cronològicamente, a começar pelo combativo Barão de Ladário, ao tempo voz isolada no Senado, com as opiniões divididas, por vêzes, entre partidários e opositores dos direitos bolivianos. Que se evoque a própria polêmica de Taumaturgo **versus** Cerqueira, que daria direito a seus juízos, mas resultando estranha a sua atitude, como Ministro, de aceitar os direitos da Bolívia, quando esta reconheceria o litígio, e, não satisfeito, admitir "senão colaborou, na edição em francês, em Bruxelas, de um seu discurso, pelo Consulado Boliviano, a arguir contra o Brasil, apoiado em um Chanceler, fora a notícia de que "a colônia boliviana em Buenos Aires viria oferecer um presente a S. Ex.ª pelo reconhecimento dos direitos de sua pátria". A falta de coerência foi imperdoável, neste particular.

O Javari volta a ser examinado, mas sem a penetração do Galvez

Aceitando a exoneração de Taumaturgo, o Min. Dionísio nomeia Cunha Gomes para reexplorar as nascentes do Javari e, porque conclua não as ter atingido o Barão de Teffé, êste lhe dedica polêmica das mais agressivas, no estilo da época, e o nôvo 1.º comissário lhe responde com vantagem, de ordem do Ministro que, antes negara direito de resposta pública a Taumaturgo, que sai, assim, vitorioso no reclamar nova extensão e com as conclusões de que o Brasil passaria a reaver 242 léguas quadradas.

No Itamarati, li "Limites entre o Brasil e a Bolívia — Reexploração do Javari", e ainda o panfleto contra o Barão — "Res non Verba", no qual êste fica exposto ao não cumprimento das Instruções do Ministro de estrangeiros, seu contemporâneo. É exato que os índios seguiam de perto também a expedição, nos meados de 1898. Todavia, sem ordem para explorar o Galvez, penetra no Jaquirana, na confluência, ouve informação dos habitantes, mede o volume da descarga dos dois rios, achando o Jaquirana maior do que o Galvez, como considera a temperatura e a côr das águas iguais às do Javari, aceitando-o como seu continuador, com o curso de cêrca de 700 milhas até a nascente, enquanto "o mesmo

Galvez terá **talvez** (logo não o penetrou), cêrca de 100 milhas, levando 12 dias penosos de obstáculos até sua nascente, não se encontrando (textual) **vestígio** algum, até o Rayo, de semelhante trabalho (do ponto e marco que devia existir do Barão de Teffé, em 1874).

O Jaquirana acima ainda se dividiria em dois galhos, optando, na análise das águas, pelo galho da esquerda. E, a 31 de agôsto, deparou com "o Jaquirana ou alto Javari nascendo de dois olhos d'água ou vertedouros, no fundo de uma grande grota formada por dois altos contrafortes de uma grande serra, que supõe ser um dos contrafortes mais orientais dos Andes", não se alongando êste trabalho com os pormenores das sucessivas quedas d'água ou cachoeiras. Remata ter deixado sòmente de colocar um marco na nascente por ser esta uma grande serra, cujas coordenadas geográficas foram determinadas, ficando por isso mais que assinalado". E, na polêmica de "Res non Verba", conclui que "a Comissão de 1874 não alcançou a nascente do Javari e sim a estimou em mais ou menos 8 milhas ao sul do oeste do ponto a que tinha chegado".

Não obstante essa penetração profunda pelo Jaquirana e seus galhos, a opinião dos mestres da engenharia e dos parlamentares reclama contra a não penetração total do Rio Galvez.

Reclamações contra a não exploração total do Galvez pelos doutos

O próprio senador Rui Barbosa (ver vol. XXVII de suas "Obras Completas", págs. 93 e segs., discurso de 6-9-1900) refere que as Comissões identificaram como um só o Jaquirana e o Javari, "mas a verdade é que não se podia chegar, a êste respeito, à certeza científica antes de exploradas as águas de ambos os rios, e isso ainda não foi feito": há o aparte favorável de Lauro Sodré, que, antes, proferira profunda oração sôbre o caso do Acre e, antes de todos, sòzinho ao tempo, o Barão de Ladário, divergindo de Teffé e apoiando Taumaturgô".

Cita Rui a Serzedelo Corrêa e a Paula de Freitas, como a Frontin e a "Taumaturgo, cuja autoridade não pode ser desconhecida ou diminuída por um govêrno que o distinguiu com a missão especial de ir proceder no terreno à verificação das fronteiras entr os dois países." Não constam expressamente transcritos os trechos de Paula de Freitas na memorável oração de Rui.

Compulsei êsses trabalhos do grande vulto de Paula Freitas, no tomo 13, anos de 1898 a 1900, da Revista da Sociedade de Geo-

grafia do Rio, do que resultou polêmica, mas em têrmos elevados, com o Capitão-Tenente Cunha Gomes.. Isso foi debatido no Clube da Engenharia, no Instituto Politécnico e noutras corporações.

Paula Freitas faz um retrospecto histórico da questão de limites, inclusive com mapas antigos do arquivo da Sociedade de Geografia, para condenar o abandono do paralelo de 10° 20' da foz do Beni à nascente do Jaquirana, com um grave prejuízo para o Brasil. Analisa os trabalhos das várias Comissões e o Tratado de 1867. E, com o Capitão Cunha Gomes, inclusive, afirma que "nenhuma das comissões explorou realmente o Galvez... do qual ninguém sabe ao certo a que latitude sul atinge a sua nascente. Cita cartas antigas e Barbosa Rodrigues como indo além do paralelo. Critica a Cunha Gomes, em síntese, porque se contentou em penetrar só 6 milhas do Galvez, em aceitar informações de habitantes peruanos, suspeitos como interessados nos limites, em se impressionar com os estreitos 50 metros de largura acima de sua foz, anomalia comum à hidrografia amazônica, onde muitos rios são até mais largos acima da foz (cita o Tapajoz), em concluir ser menor a descarga do Galvez, quando fortes enxurradas poderiam cair no vale do Jaquirana e reinar no Galvez tempo de verão e reconheceu que o Galvez estava na sua maior vasante. O essencial, exige, é verificar qual dos afluentes vai mais ao sul, ou é o maior. Combate outros pontos: Cunha Gomes tem sua defesa transcrita no citado número da Revista da Sociedade (todavia, não poude negar não ter ido além das 6 milhas da foz do Galvez).

Movido por opiniões tão abalisadas, o govêrno nomeia o ilustre Dr. Manoel Pereira Reis para chefiar nova Comissão. Li um ofício de 2-6-1900 do ministro da época (1900), Dr. Olinto, ao mesmo, justificando-se de não poder fornecer-lhe os solicitados 80:000, para os trabalhos da expedição, porque dependeria da aprovação, ainda, pelo Congresso (Itamarati). Decerto devido a essa circunstância, solicitara exoneração, que encontrei no Diário Oficial de 7-10-1900: "Por decreto de 27 do mês p. findo foi exonerado a pedido o Dr. Manoel Pereira dos Reis do cargo de comissário de limites com a Bolívia e por outro de 5 do corrente nomeia para o cargo, o Dr. Luiz Cruls.

Sintetizem-se os trabalhos do notável astrônomo, a seguir.

As conclusões do astrônomo Cruls

Por motivo não reconstituído, a verdade é que continuara a má vontade para com a total exploração do Galvez. O douto Cruls,

declarando, em ofício ao Itamarati (ver arquivo) sentir os olhos do país e dos intelectuais sôbre si, e sempre usando de métodos os mais modernos, naquele ano de 1901 e sendo ministro do exterior Olinto de Magalhães, chegara à confluência do Galvez com o Jaquirana, a bordo do aviso de guerra Jutaí, a 6 de junho, limitando-se a lhe determinar as coordenadas geográficas e demorando-se só até o dia 10, pela baixa das águas do questionado Jaquirana. E, como que pressentindo a estranheza da opinião pública, assim passa a justificar-se: "O protocolo de 30-10-1899 e as instruções de 3-1-1901, no ofício recebido do ministro, conforme verifiquei no Itamarati, diz textualmente: "Como está definitivamente assentado que o Jaquirana é prolongamento do Javari, não tem a Comissão que explorar os cursos d'água que encontrar." Com efeito, o culto Paula Freitas, na segunda conferência de réplica a Cunha Gomes, esperava tal reconhecimento geral (dos afluentes): "A Comissão Manoel Pereira Reis foi nomeada pelo Brasil para proceder à exploração do Javari e seus **afluentes**. Só depois dos trabalhos da Comissão (Javari e afluentes) se poderá ultimar a demarcação de limites". E refere-se a "havermos já entregue ao Peru tôda a região entre o Javari e o Galvez, mas é uma questão nova que poderá ser resolvida facilmente, segundo a posição em que ficar a origem principal do Javari, conforme fez ver em um de seus artigos o coronel Taumaturgo de Azevedo."

Observe-se, no histórico dos fatos, que o protocolo de 30-10-1899 substituiu o de 19-2-1895 (art. 1), e, pelo art. 4, até concluir-se a demarcação, adota-se o limite provisório da linha do Madeira, na lat. de 10º-20' Sul, de 7º-11' 48" fixada pelo Cap. Cunha Gomes e, como **os seus dois antecessores, o ministro Olinto admite a continuidade da Alfândega da Bolívia, em Puerto Alonso,** "até que se confirme a informação de estar ela em território boliviano e, no caso contrário, a removê-la a Bolívia."

Luis Cruls começa por frizar, em carta de Manaus ao Ministro, de 11-3-1901 (Arq. do Itamarati), que "nas discussões a respeito das nascentes do Javari só se ligou importância a uma única das coordenadas geográficas, a latitude, não se falando sequer na outra — a longitude, tanto pela imprensa como no seio do congresso e das corporações científicas, e comparando as longitudes de Costa Azevedo, e Barão de Teffé, com as de Cunha Gomes, notam-se diferenças que vão crescendo desde a foz do Galvez, onde é apenas de 25" (cêrca de 750 metros) até o ponto cuja latitude é de 7º-1', e **onde atinge 46 quilômetros!** (faz, então, o esquema teórico das longitudes e diz — "deduz-se que... o território brasileiro fica

sendo menor na realidade... e tal área não deve ser inferior a 2.200 klms2, e acha de máxima importância **verificar a longitude da nascente do Javari,** processo de observação dos mais difíceis do que os usados para a latitude."

Cruls relata a seu tempo seus minuciosos trabalhos e menciona a morte pelas endemias de vários companheiros, inclusive do capitão de fragata Carlos Acioli. E assinala diferenças para com os trabalhos de Cunha Gomes: êle situou a nascente principal do Jaquirana a 884 m, 70 além (mais ao sul) das cachoeiras passadas a denominar de Campos Sales e General Pando contra 296 metros; anotou a diferença de latitude da foz do Rumyaco para menos de 4'58"; mediu também as águas, consignou a temperatura e a côr dos cursos dos dois braços; registrou a lat. da nascente como de 7°-71' S e a do Rumyaco é de 7°-5' S, ou menor de 2'; encontrou novas bifurcações, com uma série de cachoeiras e outros pormenores. Deparou com outras "estranháveis diferenças: Cunha Gomes assinala a lat. da nascente como de 7°-11'48" S, contra a de Cruls, de 7°-6'55"3, ou seja a diferença de —4'52"8', apesar de se referirem as latitudes aos mesmos pontos da terra.

A Comissão de 1897 demorou-se sòmente 48 horas na nascente e a de Cruls, de 1901, 13 dias. E, quanto ao Galvez, reveladamente não penetrado acima da foz, em carta (Arq. Itamarati) de 31-1-1902 ao ministro, lhe envia um mapa da parte da região banhada pelo Solimões e seus afluentes, mostra os itinerários que ligam o Jaquirana com o Juruá, dum lado, e do outro com o Ucaiale até Iquitos, sem cortar o rio Galvez, visando a provar que, naquela reconstituição indireta, as nascentes do rio Galvez se encontram muito ao norte do Jaquirana.

Tal é a síntese dos trabalhos finais em tôrno das nascentes do rio Javari.

É nomeado Prefeito do Departamento do Alto Juruá e promove a expulsão dos peruanos

O saudoso historiador Gustavo Barroso, na revista "O Cruzeiro", de 13-9-1952, em "Segredos e revelações da História do Brasil", assim escreveu sôbre a batalha do Amônea:

"Ainda está para ser feita devidamente a história da conquista do Acre, última página da nossa epopéia bandeirante, capítulo final da nossa Marcha para o Oeste, escrita com letra de sangue pelos filhos do Nordeste, muito especialmente do Ceará. Em geral,

quando se fala da entrada do Acre na história do Brasil, traça-se êste esquema: Acre, Bolívia, Plácido de Castro e Rio Branco.

Plácido de Castro é o herói eponino da região, o polarizador da resistência armada ao bolivaino, a quem a argúcia do Barão no Tratado de Petrópolis arranca definitivamente o território. Mas êste é um mundo de águas, terras e florestas, tal a sua extensão, de maneira que, sem o auxílio da geofísica dessa região, não poderemos compreender os sucessos históricos que a integraram para sempre no todo brasileiro.

E em conseqüência, a sua geopolítica nos levará ao traçado complementar de outro esquema: Acre, Peru, Taumaturgo de Azevedo, RIO BRANCO.

Vejamos agora os porquês:

O ilustre Dr. Manuel Onofre de Andrade, atualmente Promotor em Goiás, profundo conhecedor do assunto, em trabalho inédito de definição da verdade histórica, escreveu-me: "Não se trata de demolir um dos ídolos do Acre, Plácido de Castro; mas é justo de início ponderar o seguinte: se o nosso mais antigo território se divide em duas metades incomunicáveis, a bacia Purús-Acre, onde hoje se situa a capital, e a do Juruá-Tarauacá, é claro que a vitória de Plácido de Castro apenas assegurou a posse do Brasil em uma dessas metades. Note-se ainda que a zona acreana tomada por suas armas se limita com a Bolívia, enquanto a região do Juruá tem por vizinhança o Peru, no Departamento de Loreto. Logo, ficará exposta a seus próprios recursos tão extensa faixa de terras. Por um êrro de chancelaria anterior ao inexcedido Barão de Rio Branco, chegara ela a ser entregue oficialmente à República Peruana. Para que se tenha exata idéia do que é o Acre, bastará o depoimento da competente Comissão de Engenheiros investigadores da possibilidade de depósitos de petróleo no Rio Môa, da mesma Bacia Juruaense, em relatório que prende a atenção do mais culto leitor, em edição de 1938: "O Território do Acre é a única unidade da Federação que tem cem por cento de matas cobrindo a sua superfície. Acha-se todo êle localizado na Planície Amazônica, drenado por duas importantes correntes: Rios Juruá e Purus, suas únicas vias de acesso. Fica assim, o Território naturalmente dividido em duas regiões distintas, cada qual com sua vida própria, tendo seus problemas ligados aos das vias naturais de escoamento, PORQUANTO É ABSOLUTA A FALTA DE COMUNICAÇÕES TERRESTRES ENTRE AS DUAS BACIAS. E acrescenta o douto relatório: "Para se ir de sua sede — Rio Branco a Cruzeiro do Sul, no alto Juruá, deve-se descer o Rio Acre, alcançar o Purus,

chegar a Manaus e aí aguardar transporte para subir o Juruá e alcançar enfim o ponto de destino numa viagem de cêrca de dois meses". Ora, se essa foi a rota dos ilustres engenheiros patrícios para atingir o Rio Môa acima da cidade de Cruzeiro do Sul, é evidente que os brasileiros situados na outra metade acreana jamais poderiam socorrer tão grande trecho no ano de 1904: a luta e a vitória foram dos responsáveis militares e de seus voluntários pela bacia a dentro do Rio Juruá e seus afluentes".

As palavras do Dr. Manuel Onofre de Andrade e a exposição da Comissão de Engenheiros, com uma claridade verdadeiramente cartesiana na sua argumentação, nos mostram a imensidade acreana dividida em duas partes, estanques, de vez que a penetração realizada pelos seringueiros sempre se fizera subindo os rios e se ramificando pelos seus afluentes, de modo que o recesso das terras entre as grandes bacias fluviais permanecia indevassado. Fui contemporâneo, na minha adolescência, passada no Ceará, das grandes migrações de sertanejos para os igarapés amazônicos. Lembro-me bem, quando ainda menino de colégio, da sêca de 1898, que quase despovoa o Estado para estaquear de ossadas de heróis anônimos os pântanos do Amazonas e do Acre. Em 1899, o grande Rodolfo Teófilo, hoje tão esquecido, publicava em Fortaleza o seu formidável romance "O Paroara", no qual descreve com as tintas da verdade a triste e silenciosa epopéia dos seringais.

Desta sorte, compreendendo o Acre nas suas duas metades incomunicáveis pelo interior das terras, compreender-se-á que o processo histórico da luta por sua incorporação ao todo nacional, tanto quanto o da penetração seringueira, teve de ser condicionado a essa diferenciação. Do que se conclui que temos sempre, em jornais e livros, referido e glorificado a conquista da bacia Purus-Acre, esquecendo quase completamente a do Juruá — Tarauacá. Torna-se necessário pois, uma síntese que nos dê de fato a visão panorâmica total.

Esta é a tese pela qual se bate o Dr. Manuel Onofre de Andrade, colhendo o depoimento de sobreviventes idôneos daquêles acontecimentos. Diz, por exemplo, o farmacêutico Mário de Oliveira Lobão, que chegara a Cruzeiro do Sul, no Juruá, em 24 de outubro de 1904, sendo testemunha da luta em prol da incorporação do Brasil daquela metade do Acre:

"De ordem do Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo, sendo comandante do 15.º Batalhão de Infantaria o Coronel maranhense, Cipriano Alves dos Santos, foi confiada a direção da avançada pelo Rio Amônea ao Capitão sergipano Francisco de Ávila e Silva. Para

isso, a 25 ou 26 de outubro de 1904, partiram da localidade já denominada Invencível os GAIOLAS ou navios fluviais Môa, da firma Melo & Cia., comandada por Alexandre Sussuarana e tendo como prático Heitor Bentes de Sousa e "Contreiras", da propriedade de Hermínio Contreiras de Oliveira, tendo como capitão, Luís Martins e como práticos Benvindo Luís e Romão Solimões, ambos levando 50 soldados do Exército sob as ordens do Capitão Francisco de Ávila e Silva acompanhado pelo delegado de polícia, tenente Guapindaia. Participava da expedição o jornalista português Fran Pacheco, nomeado pelo Coronel Taumaturgo secretário da Prefeitura do Alto Juruá. A finalidade da expedição era expulsar ou prender na região do Amônea os cobradores de impostos do Peru, que apoiados num destacamento do Exército, arrecadava dinheiro dos nossos seringalistas ali localizados e até se tinham estabelecido num lugarejo a que chamaram Nuevo Iquitos, atual Vila Taumaturgo.

A 2 de novembro de 1904, de acôrdo com a testemunha já nomeada, os vapores chegaram à Praia do Feijó, onde o "Contreiras" passou a navegar na frente do "Môa", reforçado com mais 10 homens. Assim chegaram no dia 4 ao Seringal Minas Gerais, de Luís de Melo, fronteiro a Nuevo Iquitos. Ali, o tenente peruano D. Severo Ramirez exigiu os impostos do Comandante do "Contreiras", sendo aprisionado com as 4 praças que o acompanhavam. E, logo, o "gaiola" rumou para o Rio Tejo sob a fuzilaria do destacamento inimigo que ocupava a barranca marginal. Não houve vítimas a lamentar e os expedicionários alcançaram à tarde o seringal de Francisco Bonifácio da Costa, na foz do Tejo.

Tinham os peruanos no local 80 homens bem armados e municiados, dispondo de metralhadoras sob as ordens do General Suarez. Os dois "gaiolas" não puderam combinar um ataque à posição inimiga, devido a ter o "Môa" encalhado e a dificuldades outras de navegação, em virtude da baixa das águas. Mas o destacamento brasileiro em batelões e canôas penetrou os igarapés, desembarcou e tomou posição para atacá-la por três lados: no seringal fronteiro, Minas Gerais, na margem direita do Juruá e por trás de Nuevo Iquitos. Muitos seringueiros armados reforçaram as 50 praças de infantaria. O Capitão Ávila ficou no seringal, o tenente Mateus na barranca do Juruá e o ex-cadete da Escola Militar de Fortaleza, Oséas Cardoso na terceira face do ataque. Intimados a capituar os peruanos recusaram e começou o fogo de parte a parte, que durou até às 5 horas da manhã do dia 5 de novembro. Então cercado e maltratado pela fuzilaria certeira dos seringueiros, Sr.

Ramirez rendeu-se com as honras da guerra recolhendo-se ao Departamento de Loreto. Os peruanos perderam 9 homens e tiveram muitos feridos. Os brasileiros perderam sòmente um e tiveram poucos feridos. O farmacêutico Lobão, que viajava no "Contreiras", foi quem os socorreu com os medicamentos que levava.

Ao Dr. Manoel Onofre de Andrade, o comandante Heitor Bentes de Sousa que servira como prático num dos "gaiolas" da expedição, corroborou nas linhas gerais o depoimento acima, acrescentando que na lúta armada contra as tropas peruanas, o seringalista Francisco Bonifácio da Costa armara e sustentara 100 voluntários e nela participaram com brilho o jornalista Carlos Chauvin e vários cadetes que tinham sido expulsos por indisciplina da Escola Militar de Fortaleza, como êsses: Gastão Souto, Francisco Januário de Assis e Urbano Müller, irmão do Ministro LAURO MÜLLER, que faleceu como tabelião no Rio de Janeiro.

O relatório sôbre a expulsão pelas armas dos soldados peruanos que transpuseram os limites do Rio Breu e se adentraram em terras já brasileiras como as do Amônea, conquistadas pelos cearenses, foi escrito e apresentado ao Govêrno Federal pelo próprio Coronel Taumaturgo de Azevedo. Êle conta a emprêsa realizada naquelas paragens e põe sobretudo em relêvo os serviços do Capitão Francisco de Ávila e Silva e do tenente Fernando Guapindaia de Sousa Brejense, no combate de Nuevo Iquitos, que durou até a capitulação de Ramirez, 22 horas. No mesmo documento declara ufanar-se, e com razão, de dois acontecimentos: "O de ter sido o originador da Questão do Acre, em 1895, pela qual me bati, despendi e sofri e de haver cumprido o dever patriótico de expulsar do território, a 5 de novembro de 1904, os intrusos que nêle campiavam, havia mais de dois anos".

Eis as razões por que se bate o Dr. Onofre de Andrade, a fim de que seja feita justiça histórica à ação do General Taumaturgo de Azevedo na incorporação do Acre ao Brasil, sem prejuízo da glória incomparável de Plácido de Castro, pois que diversas e distantes são as regiões do Território em que ambos atuaram.

É essa figura que não deve ficar esquecida na história da Conquista e Incorporação do Acre ao Brasil."

Um escritor sulino (1) supusera, no entanto, que a reivindicação histórica para Taumaturgo viesse do meu "generoso" remexer em papéis velhos — embora reconhecendo que "sendo essas duas metades incomunicáveis entre si, é forçoso concluir que a ação guerreira

(1) Moisés Vellinho.

de Plácido não podia ter coberto senão uma delas." E, em número recente de "Atualidade", uma reportagem sôbre a metade juruaense do Acre assinala ser nunca menos de 500 km a distância de Cruzeiro do Sul à capital — Rio Branco.

Acata também "os rasgos dignos de veneração e respeito", embora lhe pareça que "parece revestirem um caráter puramente policial, meras operações da limpeza ou ocupação".

É natural que, não obstante ilustre, desconheça um filho do extremo sul a geografia e a história dos limites do extremo noroeste do Brasil (e vice-versa).

Em primeiro lugar havia o olvido da batalha decisiva com o Peru (porque houve outras, como reconstituirei), por fôrça do desconhimento dos brasileiros, em geral, dêsses fatos geográficos, históricos e de política internacional. Taumaturgo, como prefeito do Alto Juruá, prontamente oficiara aos ministros do interior e exterior (ver seu 1.º Relatório, editado em 1905, in Imp. Nac.). Nêle, levanta, como um dos pioneiros, "a necessidade de guarnecer nossas fronteiras, inclusive com as colônias militares, hoje programadas; "A felicidade e rapidez com que foi expulso o Pôsto Militar Peruano, em vêz de nos adormecer sôbre os louros colhidos, deviam colocar-nos de sobreaviso. Não podendo fiar-nos na vitória e sendo fácil ao Governador de Iquitos reforçar a sua gente e voltar a atacar-nos, antes que sua comunicação chegasse a Manaus, via-se com menos de 200 praças, e estas cansadas e adoentadas, para fazer frente aos invasores, que conheciam, a palmos, os infinitos varadouros do Ucaiale para o território do Departamento, podendo, por isso, surpreendê-los em diferentes lugares, que fraca resistência lhe ofereceriam. Um simples destacamento do Amônea é insuficiente para defender a nossa vasta quanto aberta fronteira com o Peru, que abrange todo o extremo sul e oeste do Departamento". E prega "o povoamento das fronteiras como a melhor garantia", sugerindo "colônias e granjas militares nas fronteiras." Reaviva o fato histórico na monografia sôbre "O Acre", em um congresso de geografia. E a expressividade da batalha seria assinalada por outros escritores e pelo Ministério das Relações Exteriores, inclusive com Rio Branco. Antes, aliás, em 21-10-1902, Carlos Chauvin, que morreria como redator de um jornal carioca, ao lado de Geraldo Rocha (e que bem recebera minha tese sôbre o "Rio Juruá"), bateria, à frente de bravos seringueiros, os peruanos, vindos de Iquitos, via San Lourenzo, chefiados por Carlos Vasquez e Quadros. Mas êsses (nossa tropa não era do nosso exército) voltaram a 16-11-1902, até que em definitivo, a expedição Taumaturgo os desbaratasse (leia-se

"Craveiro Costa" A Epopéia Acreana), na forma descrita. O general Afonso de Carvalho em "Rio Branco", remonta a primeira luta a 1897, aliás no Juruá-Mirim, e cita, mui de leve, o capitão Ávila e Silva, como José Ferreira de Araújo, mas cumpre esclarecer que Araújo, da Guarda Nacional e simples proprietário, batera os peruanos, não no vale do Juruá, mas no do Purús, onde morava, pois os peruanos disputavam extensivamente aquela outra metade do Acre aos bolivianos como aos brasileiros.

Aliás, há até pormenores no relatório do Ministro do Interior de 1.º-5-1897, pág. 13: "República do Peru — Sucessos Políticos no Departamento de Loreto — invasão do território brasileiro no Amazonas por fôrças peruanas. "Testemunhas de vista chegadas a Belém narraram fatos de suma gravidade ocorridos no Juruá-Mirim, território brasileiro, desde a foz do Môa até àquele rio e provocados por mais de dois mil peruanos auxiliados por uma fôrça de 50 praças comandadas por um oficial. Tinha havido combate, no qual morreram 4 brasileiros. O vapor "Alegria" e duas lanchas desceram o Solimões e subiram o Juruá para se colocarem no Juruá-Mirim. Levavam gente e munições. Em dias de fevereiro os peruanos, com essa mesma fôrça, tomaram embarcações brasileiras, apoderando-se de cêrca de 4.000 quilos de borracha, que levaram para o Peru. No último conflito, morreram 14 brasileiros, atacados de surprêsa pelos peruanos que seguiram rio acima, continuando as suas depredações e obrigando os brasileiros a abandonar as suas propriedades. Os peruanos contavam com fôrça militar, que desceria de Iquitos. No dia seguinte, 7 de março, disse-me ainda o Dr. Paes de Carvalho que a imprensa dava notícia de novo conflito com assistência de oficiais peruanos, em que morreram 4 brasileiros, desaparecendo 10." Como se vê, a Taumaturgo caberia de vêz repelir os peruanos do nosso território, e não há perda de mérito porque houvesse parte de tropa do exército e em articulação com as autoridades superiores, porque as guerras se fazem normalmente com fôrças oficiais, ao contrário do argumento do escritor sulino. Havia um modus-vivendi com o Peru, que deveria levar alfândega e destacamento militar para a zona neutralizada, no rio Breu e impunha-se desbaratá-los. porque não houvesse meio de cumprimento do estipulado pelo chefe do destacamento. E, depois da publicação de Gustavo Barroso, o brilhante historiador Leandro Tocantins, em "Temas Brasileiros — Formação Histórica do Acre", ed. de 1961, versa a matéria pormenorizadamente e confirmando as linhas gerais da luta do Amônea, com apôio em monografia há muito esgotada, de Firmo Dutra, e suas pesquisas feitas no Arquivo do

Itamarati, o que demonstra o valor histórico do fato, nunca reduzido a "escaramuças ou operações de limpeza", do escritor sulino, aliás excelente crítico literário em sua terra. O Tratado com o Peru é de 1909. E Rio Branco alude às grandes pretensões territoriais do Peru. Euclides, em "Peru versus Bolívia", relata que o Grande Chanceler sempre separara o trato com o Peru do da Bolívia. Euclides (op. cit.) cita o "Mapa do Peru "da Região Hidrográfica do Amazonas Peruano", mandado traçar pela Sociedade Geográfica de Lima e que..." intercepta o Juruá no barracão Recife e separa ditatorialmente, num garboso rasgo imperialista de tira-linhas napoleônico, mais de 500 estâncias (seringais) brasileiras do resto do país e, entre elas, algumas vilas ou cidades... incluindo S. Felipe (hoje Eirunepê) e Cruzeiro do Sul... tudo aquilo já tem um nome — "província do Ucaiale". Que concluam os que sabem da imensa distância da antiga cidade de S. Felipe, quase à foz do Tarauacá, para o Departamento peruano de Loreto, a começar à margem do rio Breu. **Álvaro Lins** (sua obra "Rio Branco", pág. 453), tratando da complexidade da questão, cita o depoimento do próprio Magno Chanceler, para quem "o Peru não reclamava apenas o território negociado no Tratado de Petrópois, mas, num momento de aspiração expansionista... territórios do Equador, da Colombia, da Bolívia... e do Brasil cêrca de 252.000 km², no Estado do Amazonas." O escritor ilustre, pág. 453 e segs. refere que "a assinatura do Tratado de Petrópolis foi um golpe sôbre o Peru e êste reagiu com energia, inclusive junto ao govêrno de Washington, e fala "dos excessos, no Rio, do ministro peruano Valverde, atacando na imprensa a Rodrigues Alves e a Rio Branco, que cessaram a correspondência oficial com o Ministério do Exterior do Peru". E não deixa dúvidas sôbre as dificuldades das relações dentro de 1904: mui significativamente se daria a batalha do Amônea, com a possibilidade de guerra "que esteve nas mãos de Rio Branco e êste a evitou"; logo, falta fundamento histórico à conclusão do escritor sulino de que "a derrota boliviana sofrida na última parte do Acre (do Purus), portanto arrastara consigo a sorte da área contestada da outra metade acreana, a do Juruá".

Currículo militar de Taumaturgo e de seus oficiais do Amônea

Filho do comerciante Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho e D. Angélica Florinda Moreira de Carvalho, nasceu em 17 de novembro de 1853, em Barras de Maratauan, interior da pro-

víncia do Piauí, e quase impúbere seguiu para a Côrte, em 1868, onde sentara praça voluntàriamente, sendo adido à Cia de Alunos da Escola Militar da Côrte no ano; a 1.º-1-1869, matriculado no curso preparatório da Escola Militar; a 15-12 passa à 3.ª Cia.; 1870, transferido para a 1.ª Cia.; a 2 de fevereiro sargenteia; 1871, adido ao Batalhão de Engenheiros; 1875, promovido a 2.º Tenente para a arma de engenharia; 1876, apresenta-se à Escola Militar, matricula-se no 4.º ano e é incluído na 1.ª Cia. de Alunos; em junho promovido a 1.º Tenente e classificado no 4.º Batalhão; em 1877, em dez.º, distinção em exercícios práticos e grau 9 em desenho; em 1878, apresenta suas cartas de eng.º militar e bacharel em matemátcas e ciências físicas pela Escola Militar da Côrte; em 1879, sendo Ministro da Repartição de Negócios Estrangeiros o Barão de Vila Bela, incorpora-se à Comissão Brasileira de Limites com a Venezuela, na qual exerceria também as funções de secretário, sob a chefia do 1.º Comissário, eng.º e bacharel Francisco Xavier Lopes de Araújo, concluindo o relatório da remota e doentia região em 1884, merecendo condecoração dos dois países e vindo a ser nomeado comandante geral das fronteiras e inspetor das obras de fortificação da província do Amazonas; em 1885, diretor das obras militares de Pernambuco, onde se diplomaria pela Faculdade de Direito e fôra perito para julgar os trabalhos de prolongamento da Estrada de Ferro até o rio S. Francisco; diretor da Repartição de Obras Públicas do Estado do Rio; chefe da 2.ª Repartição de Ajudante — General do Exército em 1897; secretário do Ministro da Guerra, Marechal Mallet, em 1898; comandante da Brigada Policial do Distrito Federal; comandante da 1.ª Região Militar, como fôra, em 1889, governador do Piauí e em 1891 eleito governador do Amazonas; já em 1898-1900, no Distrito Federal, trabalha para a Comemoração do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil. Em 1905, é promovido a general de brigada. Em 1912, a general de divisão; em 1914, inspetor permanente da 13.ª Região Militar e, em 1918, por decreto de 9 de janeiro, foi reformado.

Capitão Francisco d'Ávila e Silva — Conforme fé-de-ofício constante do Arq. do Min. da Guerra (hoje Min. do Exército). Em resumo, bastar-lhe-ia ter servido em tôdas as ações realizadas em Canudos pelo 7.º Batalhão de Infantaria. Era tenente-fiscal do 36.º Bat. de Infantaria; foi por 2 vêzes gravemente ferido; prestou socorro aos feridos de Canudos e, depois de uma marcha de 15½ horas, sem descanso, conseguiu chegar em frente a Canudos. Prestou serviço militar em vários Estados. Promovido a Capitão em 26-2-1904. Foi um bravo coordenador do ataque aos peruanos na

foz do Amônea no mesmo ano. E, em 1906, obtida licença para tratar da saúde, viera a falecer. Antes, em 1905, exercera o comando do 15.° Bat. de Infantaria em Cruzeiro do Sul. Nascera em 1862, em Sergipe, sendo filho de José Domingos da Silva.

Tenente Fernando de Sousa Bregense — Nasceu no Maranhão, em 1862 e era filho de Domingos Ferreira de Sousa. Sentou praça voluntàriamente na Cia. de Infantaria da província do Piauí, a 1.°-2-1881. Promovido a Tenente em 19-1-1900 na arma da infantaria. Teve também saliente papel na batalha do Amônea, com instruções de Taumaturgo e articulação com o Cap. d'Ávila e Silva. Era Delegado Auxiliar do Prefeito Taumaturgo, que o elogia em seus Relatórios. Foi reformado em 1910. Não consta a data do seu falecimento no Arq. do Min. da Guerra.

Taumaturgo e seu valor intelectual

Houve militares, no passado nacional, apenas evidentes nas estritas funções das armas e culminando, não raro, na bravura, inclusive na guerra do Paraguai e nas lutas civis. Taumaturgo exercera atividade de característica intelectualidade — engenheiro militar, bacharel em matemática e ciências físicas e bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. É autor de vários Mapas, ou promovendo seus levantamentos, inclusive de zonas fronteiras do país.

Clóvis Bevilaqua, consultor jurídico do Ministro das Relações Interiores, com êle colaborou no livro "Memórias sôbre os limites do Brasil", publicado no 3.° vol. do "Livro do Centenário", no 1.° vol. (Tratados) e deixando-lhe a autoria exclusiva do 2.° (Limites), chamando-a de sábia Memória, "em prefácio do livro "Esbôço Histórico de Nossas Questões de Fronteiras", de Rangel Moreira. O biografado é grande figura na literatura geográfica ou história do Brasil, integrando o quadro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (chegou a ser presidente), fora outras entidades de cultura. Foi presidente da Com. Organizadora do 1.° Congresso de Geografia e do 6.° Congresso. Entre outras produções suas (algumas de polêmicas), há "O Acre, Limites entre o Brasil e a Bolívia", com teses apresentadas nos Congresso do gênero. Ficou famosa sua polêmica ou debate com o Ministro Cerqueira, sôbre quem levou vantagem (questão de limites), na acatada opinião de Serzedelo Corrêa. Seus Relatórios são judiciosos, revelando-se pioneiro de idéias, ou de realizações administrativas. Dêle afirmara Rondon, figura de imensa ação apostolar e douto, como o soem ser os positivistas: ... tive sempre

a impressão de que o general Taumaturgo dispunha de vasta cultura, tanto no campo das ciências, como particularmente nos de Economia Política, nas questões de Direito Público e Internacional, conhecendo tôdas as obras notáveis de literatura, sociologia, história e geografia."

Em os breves esboços biográficos, a seu respeito, notei a falta de referência à sua monografia — "História do Rio Paraguai", em que estuda, também, a família Lopez, nossos precedentes diplomáticos e a descrição das famosas batalhas navais com o Paraguai, — instrutiva obra que conheci nas pesquisas junto à Biblioteca e ao Arquivo do Itamarati. O biografado foi Deputado pelo Amazonas em quatro legislaturas. Rui Barbosa, Serzedelo Corrêa, Lauro Sodré e o Barão de Ladário o elogiaram no Congresso.

A administração de Taumaturgo como 1.º Prefeito do Alto Juruá

Eficiente, como o fôra nas funções de governador dos Estados do Piauí e do Amazonas, o Departamento do Alto Juruá tivera o ensejo feliz de ser êle o seu 1.º inesquecível prefeito, arrancando da selva a cidade de Cruzeiro do Sul, que êle previra para grande população e futura capital do Acre, programa irrealizado porque voltasse para o sul.

De modesta barraca, dirigiria o complexo das obras, desde a planta da cidade à construção de edif'cios públicos, expedição de colegas, engenheiros militares, a levantar ou corrigir a cartografia dos afluentes do Juruá e obras urbanas, além da organização da justiça, da instrução pública e de tudo mais que exigiria a "urbs", importando, até pelas prementes necessidades, chalés desmontáveis, encomendados nos Estados Unidos. É obra, sua, benemérita a ligação de estradas com os municípios ou vilas criados (depois entregues ao reflorestamento seivoso, espontâneo, da natureza amazônica, após o seu regresso ao sul, para grandes cargos) no Distrito Federal. Homenagearam-no, dando-lhe o nome à "Vila Taumaturgo". Amigo da cultura, cuidara de fundar a Biblioteca Pública, escolas, o Forum.

É pioneiro ao estabelecer o decreto de "Regimem das Águas", ao instituir a precursora Lei do Trabalho e sua Regulamentação, de adaptação à fisionomia da Amazônia, no ano de 1906, como da regulamentação da Caça e Pesca.

Reprimiu o contrabando. E, com fiscalização dos impostos, acusou pelo Dept.º do Alto Juruá o total (1904) da renda vultuosa

de 4.083:521$190 réis, a despesa no último trimestre do dito ano de 1904 de 600:000$000, logo com o saldo líquido de 3.500:000$000 (Rel. de 30-5-1905).

Era, evidentemente, um mago nas finanças públicas. Criticara "as grandes extensões estaduais como nocivas. O interior de Estados como o Amazonas, Mato Grosso, Goiás, etc. conservou-se improdutivo pela sua vastidão deserta".

Conclui-se ter sido precursor da sub-divisão territorial em parte operada, com a criação de novos territórios.

Crepúsculo de uma grande vida pública

Perto do fim de sua existência, assume a presidência da Cruz Vermelha Brasileira, como é novamente eleito (sem conseguir desempenho do mandato do povo, nas arbitrariedades da época) gov. do Amazonas, Estado cuja integridade territorial defendera contra a Bolívia e o Peru (de direito, ler Rui, o grande patrono, o Acre era território do Amazonas).

Seu crepúsculo, na Cruz Vermelha, foi assim o da predominância dos sentimentos de filantropia de seu coração. O ilustre Dr. Oliveira Botelho escreve de Washington uma crônica de testemunho da colaboração decisiva do marechal: "Eu fundei a Cruz Vermelha Brasileira, à custa de ingentes esforços, mas o marechal a formou continuando e melhorando a obra por mim iniciada. Relata que dependera de um voto situar se se manteria civil ou militar a mesma Cruz Vermelha, e ela a situara no primeira caráter, ante o apêlo de Botelho. Com efeito, tão eficiente foi a obra assistencial de Taumaturgo que a Cruz Vermelha o conservou na presidência por um decênio, dotando-a, com a sua índole de realizador, com o patrimônio de 3.000 contos de réis, de alto valor na moeda da época.

Fecharia os olhos para a vida o grande lutador em 23 de agôsto de 1921, depois de ter colaborado para a obra cultural comemorativa do Centenário do Brasil, cujas festas não alcançaria, e, sem ser, no momento, ministro de Estado, merecera condignas homenagens fúnebres, quer no extenso cortejo formado, com algumas carruagens cheias de flôres e corôas, em direção ao cemitério de São João Batista, com elevado número de pessoas de tôdas as classes sociais, na notícia do Jornal do Comércio de 24 daquele mês. Também na imprensa, "O País", dos maiores matutinos ao tempo, lhe tece elogioso registro fúnebre, lido no Congresso.

Na Câmara Federal, falaram os deputados Aristides Rocha e João Cabral, pelo Amazonas e pelo Piauí. E, no Senado, a oração de homenagem foi proferida, em primeiro lugar, pelo consagrado parlamentar Alfredo Ellis, do Estado de São Paulo e que, após o elogio de sua inteligência e de seu caráter, com altos postos administrativos e em sociedades de cultura, assinala ter sido "um homem que jamais curvou a espinha à prepotência e jamais se abaixara para apanhar as migalhas que caiam das mesas dos nababos que governam aquêle Estado (O Amazonas), sendo completa a descrição de seus serviços públicos. Seguira-se com a palavra o Dr. Antonio Freire, pelo Piauí, evocando ter sido "o primeiro governador daquele Estado após a proclamação da República, em cuja administração lavrou traços imperecíveis, e foi mais tarde, governador do Amazonas e autor do projeto de remodelação dêsse Estado, completado pelo seu ilustre sucessor, Eduardo Ribeiro. E José Euzébio passa a elogiá-lo como fundador da cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre.

Nas oficinas gráficas do Ministério da Guerra, foram impressos opúsculos de comemorações à passagem do 1.º Centenário de seu nascimento, inclusive com a reedição de "Limites entre o Brasil e a Bolívia" e seu elogio por intelectuais, com seus dados biográficos na Revista Brasileira de Geografia, no desvelado estudo de sua personalidade pelo ilustre diretor responsável — Ten. Cel. Deoclécio de Paranhos Antunes.

Aos olhos das gerações novas, suponho ter trazido a contribuição da primeira ampla biografia do marechal Taumaturgo de Azevedo, um dos modeladores do território brasileiro, ao lado de Plácido de Castro, que acudira ao seu protesto contra a eliminação do Acre, e com a posterior nomeação de Rio Branco para a pasta do Exterior, o diplomata genial que incorporaria ao Brasil as fecundas terras disputadas pela Bolívia e pelo Peru, com a expulsão de suas tropas, inclusive.

ÍNDICE

De Gustavo Barroso, "As duas metades do Acre" em "Segredos e revelações da História do Brasil..." Quando se fala da entrada do Acre na História do Brasil, tem-se como esquema — Acre, Bolívia, Plácido de Castro e Rio Branco.

Mas, sem o auxílio da geofísica dessa região, não podemos compreender os sucessos históricos que a integraram para sempre no todo brasileiro. E, em conseqüência, a sua geopolítica nos levará ao traçado complementar de outro esquema: Acre, Peru, Taumaturgo de Azevedo, Rio Branco. Vejamos os porquês (e cita a argumentação do autor dêste trabalho, que se lerá detidamente na narrativa então feita das batalhas do Amonea, afinal e especialmente).

....

A matéria foi igualmente considerada pelo conceituado autor de "História das Revoluções Brasileiras", vol. 1, pág. 132, Dr. Glauco Carneiro, conclusivamente, primeiro na revista "O Cruzeiro" e depois, em sua obra padrão e na passagem do 1.º aniversário do Acre, como Estado.

Os Editôres



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura

